

Memória e política: a trajetória de Francisco Julião

Márcio A. F. Vilela*
Pablo F. de A. Porfírio**

1. Ditadura militar e sociedade

Entender o golpe civil e militar de 1964 e os governos militares que se estenderam durante duas décadas, assim como o processo de redemocratização que a partir do meado de 1970 pouco a pouco vai se consolidando, tem se apresentado como um desafio para muitos historiadores. Ao longo deste artigo, pretendemos organizar uma compreensão sobre esse período, sobretudo, no que tange ao período da abertura política, quando inúmeros exilados políticos retornam ao Brasil, tais como Miguel Arraes de Alencar, Leonel Brizola e Francisco Julião.

No entanto, a atuação desses atores no momento da abertura política está de alguma maneira vinculada às suas participações e envolvimento nos vários grupos de esquerda no período anterior a 1964, bem como à postura desses grupos e personagens políticos no transcorrer do regime militar.

Para entendermos estes acontecimentos delineados no transcorrer da segunda metade do século XX no Brasil, as formulações de alguns professores e pesquisadores a partir do final da década de 1990 em muito têm

* Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

** Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

se mostrado relevantes e instigantes. No que se refere à construção histórica do período militar no Brasil, tem sido afirmado de maneira significativa que “a ditadura militar, não há como negá-la [...], foi um processo de construção histórico-social [...], foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada por marcianos” (Reis Filho, 2004, p. 50). Nessa mesma perspectiva, tem se demonstrado também que na década de 1960 estava consolidada uma “clara ofensiva política reformista-revolucionária dos movimentos mais radicalizados” (Idem, p. 36). Ao mesmo tempo, articulava-se uma frente heterogênea composta por segmentos da direita conservadora (militares, empresários, igreja católica, partidos políticos entre outros grupos), setores contrários às reformas e ao processo revolucionário. O golpe teria sido uma ação articulada por essas elites a partir das disputas entre projetos de nação distintos (conservador e reformista) e pela própria radicalização promovida por setores da esquerda.

Passado o embate no campo de luta, têm início as acirradas batalhas de memória elaboradas e reelaboradas constantemente pelos grupos de direita, de esquerda e pela própria sociedade civil ao longo do regime militar. Um desses embates de memória teria se constituído quando do fortalecimento do processo de redemocratização durante a segunda metade da década de 1970 e com o fim dos governos militares em 1985. Neste momento, observa-se um deslocamento de sentido construído pela sociedade em relação à ditadura. Ou seja, “redesenhou-se o quadro das relações da sociedade com a ditadura, que apareceu como permanentemente hostilizada por aquela” (Reis Filho, 2005, p. 71).

A sociedade brasileira, dessa maneira, teria construído um lugar de memória, onde a participação ativa de setores significativos da sociedade no golpe civil-militar de 1964 é apagada ou silenciada tacitamente. Este deslocamento elaborado pela sociedade encontra-se em sintonia com o progredir do processo de redemocratização a partir de meados da década de 1970. Este processo de liberalização do regime teria sido turbulento, “entre avanços e recuos [...]. No processo a nação foi se metamorfoseando. Ali já não havia mais partidários da ditadura, e todos eram convictos democratas” (Idem, p. 45). Assim, vários segmentos políticos e sociais favoráveis e beneficiários do regime de exceção inserem-se na grande rede pela redemocratização. Constrói-se, portanto, uma memória onde todas as relações de comprometimento estabelecidas com o regime tendem agora a serem amortecidas ou esquecidas.

Em relação à redemocratização, a historiadora Maria Paula de Araújo, em seu artigo *A luta democrática contra o regime militar da década de 1970* (Araújo, 2004), a define como um processo delineado entre meados das décadas de 1970 e 1980, de que participaram vários setores da sociedade brasileira, com destaque para as forças de esquerdas. Nesse novo campo de luta desenhado em grande medida pelas esquerdas, outros grupos também se inserem como o MDB, a Igreja Católica, o Movimento Estudantil, a Ordem dos Advogados do Brasil e setores da classe média, todos empenhados no combate ao regime.

Após o golpe, uma parte significativa da esquerda no Brasil mantém uma postura crítica em relação ao PCB, uma vez que estas organizações defendiam uma revolução democrática e nacional. Organizações como a Ação Popular Marxista Leninista (APML) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) preconizavam uma luta armada contra o regime instalado em 1964. Neste sentido, com a derrota desses segmentos políticos que defendiam uma ação revolucionária e armada e o exílio de parte significativa de seus membros, a partir de 1975 vai se reformulando uma nova tática de luta. Assim,

uma boa parte das organizações que compunham a chamada Esquerda Revolucionária se articula com o PCB, o PCdoB e organizações trotskistas criando um amplo campo, dentro da esquerda, coesionado em torno da luta por liberdades democráticas. Acrescenta ainda, que este processo não foi simples, ele dividiu as esquerdas, reconfigurando o quadro de alianças entre partidos e organizações. (Araújo, 2004, p. 166).

De maneira semelhante aos inúmeros grupos de direita que participaram ativamente dos acontecimentos de 1964 e se engajaram politicamente no regime militar, e posteriormente reconfiguraram a sua participação política e seu comprometimento aos militares, parte significativa da esquerda também repensa sua participação nos conflitos políticos desse período. A linha política delineada por este grupo definia pouco a pouco, a partir de 1974, que o cenário político nacional encontrava-se aberto para uma resistência democrática em detrimento do enfretamento armado e revolucionário. Nesse sentido, há um esvaziamento do significado político e da memória da luta armada como afirma a professora Maria Paula.

Podemos perceber que com a abertura política abriram-se espaços para outra disputa, pois estava em jogo, com o processo de redemocratização, o sentido do passado. A questão, a partir da segunda metade da década de 1970, era a memória política dos grupos de esquerda e de direita. Assim, com o processo de abertura, inúmeros líderes políticos de esquerda ao retornarem do exílio procuraram se desvincular ou não serem mais reconhecidos pela sua participação na luta armada. Essa imagem da luta armada ou do revolucionário, portanto, aparecia agora povoada de signos que naquele momento, meados dos anos 1970, seriam percebidos como algo inviável às pretensões democráticas outrora defendidas pelas esquerdas e por amplos setores sociais. Projetou-se um silêncio no que tange a luta armada. Ao mesmo tempo, foi elaborada uma memória da resistência em favor da luta democrática.

Para Michel Pollak (1989), isso significa que a memória coletiva e individual é resultado da gestão de um precário equilíbrio entre memória, esquecimento e silêncio. Elaborou-se com a redemocratização um esquecimento, por parte daqueles que estiveram à frente e participaram ativamente do regime militar, assim como dos grupos de esquerda envolvidos no projeto da luta armada. Nessa perspectiva, para ser aceito politicamente no processo de abertura que ganhava corpo na década de 1970, era necessário figurar como membro da ampla frente democrática, que nesse momento se apresenta como a única forma de resistência ao regime militar. Agora era preciso pertencer, ser identificado na luta democrática. De acordo com Pollak,

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Idem, p. 5).

Assim, reconstruindo ou renegociando a memória, o silêncio e o esquecimento, parte significativa dos membros das organizações de esquerda foram capazes de se inserirem mais uma vez nas disputas políticas nos anos 1980. Reconstruíram ou organizaram novas redes políticas. Outros, porém, não puderam reconfigurar essa memória em relação a sua participação na luta armada durante o regime militar, ou não foram capazes

de articular ou negociar um esquecimento sobre sua participação política no passado recente. Esse dado parece ter contribuído, em parte, para sua pouca visibilidade, assim como para sua quase insignificante participação no cenário político nacional a partir de 1985. Ao mesmo tempo, passaram a não pertencer, ou seja, não foram reconhecidos na nova ordem política que se organizava com a abertura democrática.

2. Disputas da década de 1960: Francisco Julião versus Partido Comunista

Entre os grupos de esquerda, as diferenças de objetivos e de atuação, notadamente no início da década de 1960, começavam a se tornar cada vez mais aparentes. As Ligas Camponesas, cuja ação, nos anos anteriores ao golpe de 1964, chamou a atenção de grande parte da população em Pernambuco e no restante do país, era um dos movimentos sociais que mais se destacava e se diferenciava de outros grupos da esquerda, sobretudo do Partido Comunista.

O presidente de honra das Ligas, o deputado Francisco Julião, apresentava uma postura de não alinhamento com o Partido Comunista. Essa questão ficou mais visível após o *I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas*, realizado em 1961 na cidade de Belo Horizonte. Nesse encontro, Francisco Julião, juntamente com um pequeno grupo de camponeses, que constituía uma minoria entre o total de participantes, conseguiu empolgar o plenário e aprovar a tese da reforma agrária radical. A vitória de Julião frente à tese do PCB, que consistia na acumulação de reformas parciais conseguidas dentro da legalidade constitucional, significou o estabelecimento de uma ruptura entre as Ligas Camponesas e o Partido Comunista. Segundo Fernando Azevedo (p. 91), “essa ruptura quebrou a unidade de ação tática do movimento social agrário”. Pode-se observar que a partir desse momento as Ligas trilharam cada vez mais o caminho das guerrilhas, influenciadas pelo modelo cubano de revolução, enquanto os comunistas intensificaram a sua atuação frente aos sindicatos rurais, organizando também federações e confederações, como a CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

Apesar desse rompimento entre Francisco Julião e os comunistas, por diversas vezes uma parte da imprensa, assim como uma parcela da

população, o nomeava de comunista, como o fez o *Diário de Pernambuco*, que publicou, em 24 de janeiro de 1962, uma pequena nota, cujo título era *Julião é comunista*. Para justificar a sua afirmação, o texto da nota afirmava: “É um agitador; um demagogo. Seu movimento além de suspeito é perigoso. Não é cristão: prega a luta de classes, que a Igreja condena, por ser contrário ao evangelho” (*Diário de Pernambuco*, 24/1/1962, p. 5). Nesse sentido, o jornal procurava colar no deputado estadual pelo PSB elementos que seriam as principais características de um comunista, ou seja, um agitador, incentivador da luta de classes e, por isso, perigoso. Com isso, o jornal apresentava a população um bloco comunista que englobava desde as Ligas Camponesas até o Partido Comunista, minimizando assim as diferentes ações e objetivos existentes nos setores da esquerda.

Julião, em matéria publicada no *Jornal do Comércio* de 11 de setembro de 1962, ressaltava, contudo, suas diferenças em relação às idéias e à atuação do Partido Comunista em Pernambuco e assegurando sua posição política:

Não sou comunista, mas no dia em que me tornasse comunista, publicaria uma nota na primeira página dos jornais, dando conta de minha decisão [...] .Passando a professar o credo vermelho procuraria, imediatamente, filiar-me ao Partido. (*Jornal do Comércio*, 11/09/1962. p. 4).

Ainda sobre os comunistas, o então candidato a deputado federal nas eleições de 1962 criticava a aliança que os líderes do PC buscavam estabelecer com uma burguesia nacionalista, a qual estaria articulando um golpe com o apoio, inclusive, desse partido. A reportagem do *Jornal do Comércio*, afirmava:

Segundo podemos inferir das declarações do deputado socialista, o golpe estaria sendo articulado por certa camada da burguesia disfarçada em nacionalista, com o apoio daqueles que pregam a chamada “República Sindicalista” e do próprio Partido Comunista. (Idem).

O deputado Francisco Julião afirmava que não entendia a união entre a camada social burguesa e os comunistas, pois, ao final, os primeiros

tomariam o controle do país mantendo o estado de miséria no qual vivia grande parte da população do Brasil. Em decorrência dessa discordância, o líder das Ligas camponesas em Pernambuco passou a ressaltar que atuaria em uma faixa própria, pois “lhe era impossível obedecer ao figurino dos comunistas” (Idem).

Segundo Daniel Aarão Reis, a luta revolucionária dividia-se em três principais rumos, de acordo com as revoluções vitoriosas¹ no século XX. Os soviéticos defendiam as revoluções nacional-democráticas, onde prevalecia a participação no processo eleitoral e a aliança com a burguesia nacional. Já os chineses pregavam a guerra revolucionária como caminho para o combate ao imperialismo e as permanências feudais. Por fim, os cubanos, que negavam a existência de qualquer condição revolucionária à burguesia nacional, acreditavam na luta armada, apresentando como caminho a guerrilha. Francisco Julião aproximava-se dos últimos dois caminhos, porém demonstrava mais interação com o regime de Cuba.

Ainda de acordo com a reportagem do *Jornal do Comércio*, o deputado socialista afirmava que estava atuando em faixa própria, pois:

Estou fazendo comícios em faixa própria – acrescentou o sr. Julião ao repórter. E em faixa própria posso denunciar a tragédia que angustia o povo brasileiro, ao mesmo tempo em que me bato pela candidatura do sr. Miguel Arraes, nome que foi aceito pelo meu partido. (*Jornal do Comércio*, 11/9/1962. p. 4).

Francisco Julião não aceitava os caminhos trilhados pelo Partido Comunista, notadamente as alianças estabelecidas com a burguesia nacional, e apesar de não participar diretamente da campanha de Miguel Arraes, apoiava o candidato da Frente do Recife. Esses apoios pontuais, contudo, não significavam uma aproximação. As diferenças com o PCB fizeram com que alguns setores das esquerdas, no caso as Ligas Camponesas, seguissem caminhos bem diferentes.

Em resposta às declarações de Francisco Julião foram publicados, no jornal *A Hora*, dois artigos, escritos por Paulo Cavalcanti (*A Hora*, 08 a 15/9/1962, p. 12) e David Capistrano (*A Hora*, 20 a 27/10/1962, p. 7-8), integrantes e líderes do Partido Comunista em Pernambuco. O texto

1 As revoluções vitoriosas seriam: Revolução Russa, Chinesa e Cubana.

de Paulo Cavalcanti é uma resposta mais imediata aos comentários de Julião, enquanto que o longo artigo de Capistrano, editor do jornal *A Hora*, é publicado apenas um mês depois, em outubro de 1962.

Os artigos dos líderes do PCB apresentavam uma característica em comum. Eles tentavam demonstrar que a luta dos camponeses não era algo recente e nem o deputado Francisco Julião teria sido o primeiro a procurar organizar os trabalhadores rurais. Tanto o texto de Paulo Cavalcanti quanto o de David Capistrano realizaram um movimento cujo objetivo era o de questionar a autoridade que Francisco Julião buscava apresentar em relação ao direcionamento das lutas sociais no meio rural, notadamente quando decidiu adotar a tese da “faixa própria”. Por meio dessa, o parlamentar pautava sua atuação frente aos movimentos sociais de modo independente da praticada pelo Partido Comunista. A autoridade, que consistiria no poder de escolha dos caminhos a serem trilhados no desenvolvimento das lutas sociais, era reivindicada pelos comunistas, os quais questionavam os discursos de Julião, apontando que a organização dos camponeses executada pelo deputado socialista já era exercida pelos comunistas desde a década de 1940. Segundo Flávio Brayner, cada grupo se autoproclamava mais conseqüente que seus opositores e, em declarações enciumadas, brigavam por aquilo que entendiam ser a condução da história.

Desse modo, David Capistrano, em seu artigo no jornal *A Hora*, apresentou uma crítica a Francisco Julião, afirmando que o mesmo ao organizar as Ligas Camponesas, em meados da década de 1960, não estaria promovendo nenhuma novidade e nem seria o primeiro e único responsável pela luta no meio rural, pois segundo o articulista do jornal *A Hora*;

De tudo isso não se pode afirmar que o despertar do movimento camponês no país seja obra de algum titã, de um só homem ou de um partido político. É antes de tudo, segundo penso, o resultado do crescimento da contradição entre os grandes proprietários de terra e os camponeses sem terra; é em segundo lugar, a conseqüência lógica da luta dos próprios camponeses que encontram a formulação justa de suas aspirações e de suas reivindicações na plataforma do PCB, sobre o problema da terra e a questão camponesa sintetizada no magistral discurso de Luiz Carlos Prestes, na Assembléia Constituinte, em 1946. (*A Hora*, 20 a 27/10/1962. p. 7-8).

Esse trecho do texto de David Capistrano é exemplar no movimento realizado em torno da disputa pela autoridade sobre o movimento camponês em Pernambuco. Primeiro busca-se quebrar a idéia de que existia apenas um homem, um *titã* responsável pelo *despertar* da luta do homem do campo por melhorias sociais. Com isso, questiona-se a imagem de líder invocada pelo deputado estadual Francisco Julião, inclusive no momento em que ele cria a tese da atuação em *faixa própria*, na qual o mesmo desejaria consolidar o lugar de liderança para si.

Em um segundo momento, o editor do jornal *A Hora*, afirma que independentemente da atuação de um partido político ou mesmo de um líder, o movimento camponês seria um resultado lógico oriundo do *crescimento da contradição entre os grandes proprietários de terra e os camponeses sem terra*. Ou seja, para David Capistrano esse crescimento por si só já seria suficiente para incentivar a organização dos trabalhadores rurais.

Por fim, depois de refutar a idéia de que uma única pessoa poderia ser responsável pela organização dos camponeses, além de afirmar ser esse movimento uma conseqüência lógica do crescimento das contradições, o articulista do jornal *A Hora* finaliza sua argumentação afirmando que as aspirações e as reivindicações dos camponeses foram contempladas nas propostas contidas na plataforma do PCB, debatida por Luis Carlos Prestes na Assembléia Constituinte de 1946. Assim, David Capistrano localizava no Partido Comunista a posição de líder do movimento camponês, visto que desde a década de 1940 os comunistas já apresentavam soluções justas para o problema da terra.

Duas outras questões destacavam-se nos artigos escritos por Paulo Cavalcanti e David Capistrano. Cavalcanti, tentando enfraquecer a imagem de Francisco Julião como defensor dos camponeses, relatava que na segunda metade da década de 1940, enquanto os comunistas trabalhavam para organizar os trabalhadores do campo, Julião era um médio proprietário em Bom Jardim e, em um determinado dia, ao saber que o seu tio, também dono de terras nesse município, tinha abolido o regime de cambão em sua propriedade, tratou de enviar uma carta ao irmão do seu pai, na qual, segundo Paulo Cavalcanti, classificava aquela atitude como um mau exemplo para os outros proprietários da região. Ainda de acordo com o artigo, a carta foi lida na tribuna da Assembléia Legislativa pelo deputado Luiz de França da Costa Lima.

Já Capistrano afirmava que era uma prática comum de Francisco Julião dizer que conseguia mobilizar uma grande quantidade de pessoas para as manifestações, como os comícios ocorridos no centro da cidade do Recife, quando, segundo Capistrano, uma considerável parcela dos trabalhadores e dos estudantes participantes eram arregimentados pelos comunistas. E acrescenta;

É um velho hábito de puxar a brasa para seu lado de que toma posições oportunistas, procurando impor uma liderança de palavras e não de fatos concretos, muito em voga na época em que atuamos, de vitórias do socialismo em todo o mundo, do socialismo verdadeiro, de Marx e de Lênin, e não da fracassada verborragia da social democracia europeia. (*A Hora*, 20 a 27/10/1962. p. 7-8).

Para David Capistrano, a condição de liderança pregada por Julião estava pautada apenas em palavras, não sendo constituída por ações. Ou seja, enquanto o deputado socialista se anunciava como o responsável pela organização e expansão das Ligas Camponesas, o PCB desejava demonstrar que essas já tinham sido anteriormente estruturadas pelo partido, o qual já discutia o problema da terra em suas propostas. Desse modo, segundo David Capistrano, Francisco Julião anunciava como sendo resultado de sua atuação aquilo que já vinha sendo desenvolvido pelos comunistas.

Nessa discussão em torno da condição de autoridade, enquanto liderança, recorreremos a Edward Said, que afirma:

Não há nada de misterioso ou de natural na autoridade. Ela é formada, irradiada, disseminada; é instrumental, é persuasiva; tem posição, estabelece padrões de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite e reproduz. Acima de tudo, a autoridade pode e realmente deve ser analisada. (Said, 1990, p. 31)

É no sentido do debate proposto por Said que podemos perceber o embate para ocupar o lugar de autoridade frente às lutas sociais em Pernambuco, notadamente em relação ao movimento camponês, entre

Francisco Julião, de um lado, e Paulo Cavalcanti e David Capistrano, representantes dos comunistas, de outro. Esses buscavam formar, junto a parcelas da sociedade, uma autoridade, cujo campo de atuação ultrapassava o movimento camponês, pois procurava também estabelecer o modo como se encaminharia as lutas por reformas sociais. Sobretudo, tentava-se formar e disseminar uma autoridade, que permitiria definir os padrões e as posições a serem adotadas no planejamento e execução de uma revolução social. Desse modo, instituiu-se um embate por meio do qual se buscava decidir quem tinha autoridade, ou seja, quem tinha o poder para determinar o modo como se encaminharia a revolução. Desejava-se definir qual processo revolucionário seria validado como o mais verdadeiro por uma maior parcela da sociedade.

O deputado Francisco Julião em um ato público realizado em Ouro Preto, no dia 21 de abril de 1962, dia de Tiradentes, fez uma longa proclamação, na qual criticava a democracia praticada no Brasil, como também o discurso que afirmava existirem *maus brasileiros, demagogos*, cujo objetivo seria apenas aproveitar-se do pauperismo do Nordeste para inquietar a *família cristã* e *cubanizar o país*². Declarava o presidente de honra das Ligas Camponesas em suas críticas:

A democracia que queremos para o Brasil é bem outra. Pouco importa o rótulo que tenha, desde que sirva ao povo. Que se chame cristã, popular ou socialista, contanto que traga no seu conteúdo a reforma agrária radical, como o primeiro passo. Mas eu te pergunto, companheiro e compatriota, se é possível alcançar

2 Em sua entrevista, arquivada na Fundação Joaquim Nabuco, Francisco Julião afirma que essa mobilização ocorrida em Minas Gerais ficou conhecida como Movimento Tiradentes. Além disso, Julião declara que tinha como finalidade atingir as universidades, ou seja, começar a organizar a classe estudantil e utilizaria a figura de Tiradentes como mártir da luta social e também como patrono do movimento. Essa mesma declaração chegou a ser lida, quatro dias depois, em um ato público organizado pela UNE, no Rio de Janeiro. Contudo, em sua própria entrevista, Francisco Julião admite que o movimento não obteve o sucesso esperado, pois “imediatamente, a POLOP, a AP, os Trotskistas e outras organizações sectárias que atuavam muito dentro das universidades trataram de disputar essa idéia. Eu não tinha uma estrutura capaz de poder contrapor-me a esses movimentos que dominavam dentro das universidades. Meu trabalho era mais no campo. Então os companheiros que podiam ter feito esse trabalho de campo, dentro das universidades, eram muito poucos. Perdemos precisamente por falta de quadros e também porque nos precipitamos.” Entrevista concedida por Francisco Julião à pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Fundação Joaquim Nabuco. 21 de setembro de 1982. p. 54. O depoimento de Julião nos mostra um pouco da disputa pela hegemonia na relação com os diversos segmentos da sociedade.

essa reforma dentro deste sistema. (*Diário de Pernambuco*, 11/5/1962. p. 8).

Francisco Julião destacava a reforma agrária como o principal conteúdo presente em um regime democrático. Contudo, o sistema existente no Brasil não proporcionava a realização de tal reforma. Logo, a democracia praticada no Brasil não promoveria nenhuma mudança, cujo resultado fosse uma maior justiça social. Além disso, sobre o discurso de que o Brasil era um país cristão, formado por famílias cristãs, afirmava o deputado socialista:

A “família cristã” é a que mora no palacete, desliza no cadilac conversível e é dona da terra, do gado, do banco, da indústria, do comércio, do cargo polpudo e da vida do povo. Família cristã não é a que mora no mocambo, na favela, na maloca, no beco sem saída, ou se avilta no latifúndio, sob a violência do cambão, da meia, da terça, do barracão, do capanga, do grileiro, da polícia. Família cristã é a do latifundiário que se arma até os dentes, de fuzil e metralhadora, por todo o país, para sustentar em regime feudal, a propriedade privada da terra. (Idem).

Nesse trecho, Julião faz uma crítica às pessoas, cujo discurso consistia em afirmar que a agitação social promovida por ele no Nordeste do Brasil era uma demagogia e inquietava a *família cristã*. Segundo o parlamentar, as famílias inquietadas não eram as dos trabalhadores, mas sim as dos comerciantes, dos industriais e dos latifundiários. Os camponeses e os operários não faziam parte dessa dita família cristã.

Contudo, além de denunciar as desigualdades sociais e defender a reforma agrária radical, o discurso utilizado por Julião em Ouro Preto visava criticar a estratégia de frente única defendida pelo Partido Comunista, de aliança com a burguesia nacional e da escolha pela participação nas eleições como modo de promover as reformas sociais. Ao mesmo tempo, esse argumento reforçava sua tese de atuação em faixa própria, procurando apresentar a sua estratégia de ação como sendo a mais correta e viável, enquanto a proposta dos comunistas apenas reforçaria um sistema político, que não permitiria a realização de uma reforma agrária, pois iria viabilizar uma aliança com a dita família cristã, ou seja, comerciantes, industriais e até latifundiários.

Não creio que a redenção da minha Pátria venha das urnas. Nem das elites. Nem da “família cristã”. Ela virá, sim, e nisso creio firmemente, das massas angustiadas, do camponês sem terra, do operário sem trabalho [...]. Não posso, não devo, não quero participar desta farsa. A não ser para denunciá-la. É o patriotismo que exige. É o amor aos humildes que me pede. Que tu participes da eleição já que o povo ainda não reúne a força suficiente com essa farsa. O essencial é que não alimente mais a ilusão de que o teu problema será resolvido na boca das urnas. Por isso, eu te convido, meu irmão, meu companheiro, meu compatriota daqui deste Morro, desta Vila Rica do Ouro Preto, em memória de Tiradentes e de todos que trilharem pelo mesmo caminho [...] de todos que viveram pela pátria e souberam morrer por ela. (Idem).

A opção de participar das eleições para realizar uma mudança social, segundo Francisco Julião, era uma farsa, o que desqualificava a tese de frente única defendida pelos comunistas. Para o deputado socialista, era necessário que ninguém mais alimentasse a ilusão de ter seus problemas resolvidos através das urnas, porém estivessem dispostos a trilharem o caminho daqueles que viveram e também morreram pela pátria. A proposta de Julião apontava para um caminho de confronto mais violento, onde a morte poderia ser uma possibilidade.

No mesmo ano em que lançou esse manifesto, Francisco Julião concorreu, nas eleições de outubro, a um mandato para deputado federal pelo PSB de Pernambuco e por isso, na sua declaração, afirmou que participava do processo eletivo apenas para denunciá-lo. No palanque do candidato a deputado, subiram diversos integrantes de movimentos que pregavam abertamente a luta armada como caminho para uma Revolução, tais como os trotskistas e setores do PC do B, os quais estavam descontentes com a política de alianças adotada pelo PCB no final da década de 1950 (ver Pandolfi, p. 179-81).

Francisco Julião, como um líder social de destaque, representava e, ao mesmo tempo, revelava o interesse de setores da sociedade, que procuravam trilhar caminhos diferentes dos escolhidos pelo PCB. Contudo, mesmo criticando a estratégia de frente única defendida pelos comunistas, o presidente de honra das Ligas Camponesas participara do pleito de

1962, contribuindo para a vitória dos candidatos de esquerda, principalmente de Miguel Arraes, como destacou em sua entrevista:

Tanto assim que milhares e milhares de votos, aqui no Recife, saíram somente com o meu nome e o dele [Miguel Arraes]. Quer dizer, saiu o nome de Arraes como candidato a governador e o meu como deputado federal. Não se votava mais em nenhum candidato, nem a vice, nem a deputado estadual. [...] Isso foi muito evidente aqui na apuração das urnas. [...] Tanto que Arraes agradeceu: “você logrou trazer os votos da pequena burguesia, muito radicalizada, para mim, no Recife”. (Entrevista concedida por Francisco Julião a Eliane Moury Fernandes. Fundação Joaquim Nabuco, 21/09/1982, p. 64).

Desse modo, não havia da parte de Julião, como também do grupo de trabalhadores rurais que atuavam junto a ele, um total rompimento com o caminho das eleições. E apesar dele adotar a política da faixa própria, na campanha para deputado federal em 1962, ele dialogou com os outros setores de esquerda, notadamente os comunistas, defensores da *frente única*.

Ao mesmo tempo, o candidato pelo PSB a Câmara dos Deputados em Brasília também se relacionava e revelava as idéias defendidas por setores sociais, que acreditavam no desenvolvimento de uma guerrilha, inspirada no modelo cubano, para encurtar o caminho de uma Revolução, e, por conseguinte, a tomada do poder, que para esses grupos estaria centralizado no Estado.

Como um dos principais líderes do movimento camponês no Brasil, Francisco Julião nunca assumiu na entrevista à pesquisadora Eliane Fernandes, na década de 1980, que ofereceu treinamentos de guerrilha para uma possível ação armada. Denise Rollemberg, em seu trabalho sobre o apoio de Cuba à luta armada no Brasil, afirma que Julião, apesar de radicalizar cada vez mais suas posições em seus discursos no início da década de 1960, se opôs à facção das Ligas Camponesas favorável à guerrilha, liderada por Clodomir Moraes (Rollemberg, 2001, p. 24).

Jean Rodrigues Sales, no livro *A luta armada contra a ditadura militar* (2007, p. 46-51), ratifica a idéia de que Francisco Julião não foi responsável pela tentativa de organização das guerrilhas. Contudo, ao contrário da

análise de Denise Rollemberg, considera que por Julião não está diretamente envolvido com a organização, não significava que ele fosse contrário à idéia. Para esse autor, a concepção do dispositivo militar ficou a cargo de Clodomir Morais. Por motivos de segurança as atividades foram compartimentadas, ficando sob a responsabilidade de Francisco Julião o proselitismo político junto às massas e desse modo não lhe caberiam a participação nas decisões que diziam respeito à guerrilha.

Apesar de Clodomir Morais ter sido um dos organizadores do movimento de guerrilhas camponesas no início dos anos 1960, parece improvável que esse tenha conseguido força política junto as Ligas Camponesas, além de apoio financeiro e humano, sem a conivência de Francisco Julião. O próprio Clodomir Morais, em entrevista concedida a Jean Rodrigues Sales (2007), afirmou que “Julião não sabia a localização dos campos, nem os detalhes sobre o dispositivo militar, mas que algumas coisas ele sabia e não era contra a existência dos campos”.

Ao mesmo tempo em que Francisco Julião criticava os comunistas pela formação da frente única, ele também participava das eleições de 1962 para deputado federal e também se encontrava envolvido, mesmo que indiretamente, com o movimento de guerrilhas. Logo, ele transitava entre posições, nas quais se defendiam as mudanças sociais por meio da participação nos processos eleitorais e/ou através da estratégia de guerrilha. Desse modo, devemos considerar que não havia lugares estáticos, nem posições imutáveis em relação ao tipo de trilha a ser seguida para se conseguir uma revolução e promover uma mudança social.

Retomemos agora os percursos formados pelos discursos de alguns dos integrantes de um dos mais organizados e atuantes setores da esquerda no final da década de 1950 e início dos anos 60; o PCB. Ao longo desse texto, procuramos argumentar que os comunistas adotaram uma política de formação de frente única, constituída pela aliança com os setores considerados progressistas, como a burguesia nacional. Nesse sentido, o PCB entendia que com essa união alcançaria vitórias eleitorais, as quais abririam caminho para a tomada do poder. Isso seria a primeira fase do processo revolucionário.

Em diversos discursos de integrantes do Partido Comunista, podemos identificar a defesa dessa tese. Defendia-se que o caminho era pacífico, mas a solução era revolucionária. David Capistrano, em artigo no

jornal *A Hora*, resumiu a situação da chamada *revolução brasileira* da seguinte maneira: “aproveito para opinar também sobre [...] essa polêmica entre correntes de opinião heterogêneas, que refletem duas políticas, duas táticas na revolução brasileira – a política da classe operária e a política da pequena burguesia radical” (*A Hora*, 20 a 27/10/1962, p. 7). David Capistrano, e também outros líderes do Partido Comunista em Pernambuco, como Paulo Cavalcanti, procurava instituir os lugares da revolução, os quais estavam estabelecidos entre a política da classe operária, defendida pelo PCB, e a política da pequena burguesia radical, formada por estudantes universitários e secundaristas, bem como por alguns profissionais liberais, cuja proposta consistiria na luta armada e era divulgada por setores da esquerda, representados pelas Ligas Camponesas, o PC do B e os trotskistas.

Ao procurar justificar o posicionamento escolhido pelos comunistas, David Capistrano afirmava que:

Não se pode tegirversar a posição dos comunistas quanto a burguesia, ligada aos interesses nacionais, que tem interesses na luta antiimperialista, para ter predominância no mercado interno, ganhar mais dinheiro, é bem verdade, porém é uma força social importante, com grandes possibilidades de contribuir na luta contra o imperialismo que as forças revolucionárias travam no país. (Idem).

Além de ratificar o posicionamento dos comunistas em relação à aliança com a burguesia nacional, procurando justificar que a união travada com esse grupo era necessária para a luta contra o imperialismo, David Capistrano concluiu o seu artigo instituindo o lugar ocupado por seu posicionamento, ou seja, pela tese adotada pelo Partido Comunista.

Acredito, “sem pensar sequer que sou dono da sabedoria e do dogma”, na tática que o proletariado brasileiro, sua vanguarda, equacionou é correta, a mais adequada às condições históricas em que vivemos. Seria para mim pessoalmente e para meus companheiros de luta uma satisfação se fossem dirimidas as divergências, que, sem dúvida, existem entre nós na tática política que adotamos contra o inimigo comum: o imperialismo e o latifúndio.

Não devem continuar alvos de nossos ataques os contingentes antiimperialistas e antilatifundiários que se encontram no mesmo campo revolucionário. (Idem).

O discurso de David Capistrano, que representava a posição de vários outros integrantes do PCB, indicava ser o caminho escolhido pelos comunistas o mais correto e para reforçar tal idéia, apontava que esse percurso também tinha sido aceito pelo proletariado brasileiro. Com isso, buscava-se apresentar a existência de um partido homogêneo, constituído tanto pela vanguarda, quanto pelo proletariado, que consideravam a tática comunista como a mais correta para ser aplicada para executar a revolução. Além disso, o articulista do jornal *A Hora* pedia para que se parassem os ataques entre aqueles, os quais se encontravam no mesmo campo revolucionário e com isso David Capistrano procura também apagar as diferenças, criando um único campo de ação revolucionária, onde atuariam todos os setores ditos antiimperialistas e antilatifundiários. Mais uma vez, realizava-se o movimento por meio do qual se procurava homogeneizar a ação dos grupos de esquerda, sem, contudo, os comunistas abrirem mão do lugar de líderes do movimento, pois acreditavam possuir a tática mais correta.

Mas, esse bloco comunista e revolucionário, representado por David Capistrano como adepto da tese da frente única e também da formação de uma aliança com a burguesia nacional, não apresentava uma dinâmica tão homogênea, como a descrita pelo articulista do jornal *A Hora*. Isso é o que se pode observar nos argumentos apresentados por Amaro Valentim em artigo intitulado *Caminho Pacífico e a luta armada*:

Os comunistas brasileiros ao defenderem a visibilidade do caminho pacífico, em hipótese alguma são unilaterais. Consideram justo e necessário preparar as massas para levar a cabo a revolução social pacificamente ou não. O que desejamos é fazer a revolução. Caso as forças reacionárias imponham a nosso povo a luta armada, sendo as condições objetivas e subjetivas favoráveis, não vacilaremos em nos colocar à frente do povo e, através da insurreição armada, lutarmos para conquistar o poder, como já fizeram os comunistas em várias partes do mundo. A questão da vitória da revolução por uma via não pacífica está prevista em nossa tática política. (*A Hora*, 2 a 3/12/1961, p. 3).

O artigo de Amaro Valentim quebra a unicidade de percurso apresentada por David Capistrano, apontando um outro caminho por onde os comunistas poderiam realizar a revolução social, a saber: A luta armada. Apesar de ressaltar a opção da via pacífica, o texto destacava que na tática política de alguns comunistas a via não pacífica estava presente, inclusive por ela já ter proporcionado ao PC a conquista do poder em várias partes do mundo.

Nesse sentido, podemos afirmar que as estratégias de ação dos grupos de esquerda, as quais se definiriam de um lado como o caminho pacífico, constituído pela aliança com os setores sociais considerados progressistas, e de outro a luta armada, não eram totalmente distintas. Tentamos aqui demonstrar, que apesar de serem vias de ação diferentes, muitos integrantes dos grupos de esquerda perpassavam tanto um caminho como o outro, fazendo com que se entrecruzassem. Tanto Francisco Julião quanto Amaro Valentim, por exemplo, utilizavam, em suas práticas e em seus discursos, elementos que eram associados à tese revolucionária defendida na declaração de março de 1958 do PCB, como também a opção da luta armada, de guerrilha, divulgadas por parcelas das Ligas Camponesas e dos trotskistas.

3. A volta do exílio e a luta pela anistia

Depois do golpe civil-militar de 1964, Francisco Julião foi preso e no ano seguinte conseguiu se exilar no México, onde ficou até 1979, quando retornou ao Brasil beneficiado pela Lei de Anistia. No dia 3 de novembro desse ano, Julião desembarcava no Aeroporto do Guararapes, em Recife, sendo recepcionado por políticos locais e populares. A chegada do ex-líder das Ligas Camponesas ocupou algumas páginas da imprensa local, sobretudo do *Jornal do Comércio* e do *Diário de Pernambuco*. As primeiras matérias debateram, em sua maioria, acerca das mudanças operadas pelo ex-deputado estadual, sobretudo, no sentido de identificar se Julião alinhava-se a algum projeto de revolução armada ou encaixava-se em um projeto de democracia que ganhava força em vários setores sociais do Brasil. Antes mesmo do desembarque de Francisco Julião, o senhor José Carlos Guerra, um dos articuladores do novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Pernambuco, afirmava:

Julião tem manifestado através de vários pronunciamentos que volta absolutamente convencido de que só no exercício democrático das liberdades públicas, é que se pode constituir uma sociedade mais justa [...]. O ex-líder das ligas camponesas em Pernambuco abandonou qualquer projeto de revolução armada para atingir seus objetivos socializantes. (*Diário de Pernambuco*, 3/11/1979. p. A3).

A entrevista de José Carlos Guerra é sintomática para entendermos alguns movimentos da sociedade realizados no final da década de 1970 no Brasil. Dentre esses podemos destacar a construção de memória, na qual vários setores sociais, incluindo alguns promotores da ditadura, absolveram-se e reconstruíram-se como democráticos, de modo que poucos ainda se identificam com o regime militar instalado no país a partir de 1964. Nesse movimento de construção de memórias, ocorrido, sobretudo, entre o final da década de 1970 e os anos 1980, apagaram-se as radicalizações e o enfrentamento proposto pela esquerda mais radical no período que antecedeu o golpe de 1964. Esses grupos de esquerda foram considerados “vítimas bem intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista” (Reis Filho, 2004, p. 40).

Nessas “batalhas da memória” que emergem no processo de redemocratização do Brasil, as esquerdas derrotadas no enfrentamento armado, passam a se apresentar como vitoriosas, ocupando o lugar social de legítimos defensores da democracia, para desespero dos militares. O depoimento de José Carlos Guerra identifica-se, portanto, com essa operacionalização de uma memória democrática que atinge diversas parcelas da sociedade, inclusive as esquerdas mais radicais.

Esse movimento democrático, manifestado, sobretudo, na luta pela Lei da Anistia e na campanha das *Diretas já*, fez com que setores das esquerdas repensassem a tática de enfrentamento, praticada principalmente no final da década de 1960 e caracterizada pela luta armada e por um isolamento em relação à sociedade. A formação de uma frente democrática, notadamente a partir de 1974, permitiu que vários grupos de esquerda passassem a integrar um amplo movimento da sociedade civil, possibilitando a saída do isolamento e a realização de alianças com outros setores da oposição.

É nesse movimento, ou nessa grande vaga, para citar Deleuze (1998, p. 51), que Francisco Julião procurou se inserir e se fazer aceitar quando

do seu retorno do exílio no México. Contudo, a memória, que associava o ex-líder camponês com as idéias de guerrilha e revolução armada, ainda é bastante presente no final da década de 1970. Desse modo, as *batalhas da memória*, citadas por Daniel Aarão, por meio das quais as esquerdas passaram a ocupar um lugar de defensores da democracia, parece ter sido mais difícil e prolongada para Francisco Julião. O próprio José Carlos Guerra, responsável por organizar a recepção de Julião em Recife, no depoimento anteriormente citado, rememora a ligação do ex-deputado estadual com um possível projeto de revolução armada no Brasil na década de 1960, ainda que essa lembrança seja para dizer que tal posição foi abandonada. Nesse sentido, essa legitimidade de defensores da democracia adquirida pelas esquerdas por meio de uma reconstrução da memória não tinha se estendido automaticamente para Francisco Julião.

Devemos ressaltar que grande parte dos grupos de esquerda que migrara da luta armada para compor uma frente democrática tivera uma destacada atuação no período da ditadura militar, sobretudo no final da década de 1960, realizando seqüestros, guerrilhas e assaltos a banco. Francisco Julião, contudo, teve sua atuação social mais intensa no período que antecedeu ao golpe civil-militar de 1964, estando mais envolvido em debates acerca do caminho a ser trilhado para se promover uma revolução, por exemplo, com os comunistas anteriormente citados, do que propriamente a frente de ações armadas em favor da revolução. Além disso, nas décadas de 1950 e 1960 Julião participou das eleições e desse modo, como mostramos no item anterior, acabou por comungar da estratégia de ação defendida pelo Partido Comunista, por meio da Declaração de Março de 1958. Porém, essa memória que o identifica como sinônimo de mudanças radicais e violentas parece ter sido mais forte, inclusive para o próprio Julião, que ao desembarcar no Aeroporto dos Guararapes em Recife declarou o seu compromisso com o estado de direito e a democracia: “A experiência que tive no exílio foi válida. Amadureci mais, reflexionei mais, e volto com outras idéias que têm como ponto básico a pacificação de fazer retornar o estado de direito” (*Diário de Pernambuco*, 4/11/1979, p. A3). E Francisco Julião acrescenta: “Voltei ao Brasil e ao convívio da minha gente, com a preocupação de tentar unir e organizar o povo no sentido de ampliar e consolidar as liberdades democráticas” (Idem).

Em sua volta do exílio a preocupação principal de Julião era a de combater essa sua memória de revolução armada e de guerrilha, a qual

dificultava a sua inserção no movimento de frente democrática que ganhava cada vez mais força no Brasil do final da década de 1970. Nesse sentido, as suas primeiras declarações ao desembarcar no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, procuraram demonstrar a sua integração nesse movimento, sobretudo, quando Julião afirmava que um dos seus objetivos era *consolidar as liberdades democráticas*.

Contudo, não bastava apenas reforçar o seu compromisso com a democracia. Era preciso também negar aquela memória de violência remanescente de 1964. Desse modo, Julião afirma que o exílio serviu como um período de amadurecimento, mudança e, por conseguinte, formulação de novas idéias, nas quais prevalecia a pacificação. Sendo assim, após o exílio, o ex-líder das ligas Camponesas trata de se apresentar como pacífico e democrático, negando uma memória de violência atrelada a ele.

Apesar do esforço em produzir um outro significado para suas ações e para sua memória, podemos perceber que algumas manifestações insistiam em rememorar um Julião ligado a idéia de violência, sobretudo criando uma essência para o pensamento do ex-deputado estadual, que atravessara os anos.

A diferença maior entre este Julião e o que daqui saiu há 14 anos era a linguagem tranqüila, a voz quase sussurrante e um discreto sotaque, produto dos longos anos no exílio. No fundamental, entretanto, parece que Francisco Julião não mudou: continua pregando graves transformações sociais para que mude também o pano de fundo de toda a América Latina, hoje representada pela estagnada massa camponesa. (*Diário de Pernambuco*, 5/11/1979. p. 1).

Vejamos que o jornal apesar de identificar algumas mudanças, resume a sua observação afirmando que *no fundamental*, ou seja, na essência, Julião continuava o mesmo de antes. Desse modo, as memórias sobre o ex-deputado estadual do período anterior a 1964 eram revividas, mesmo no período pós-exílio, onde Julião já tentava se inserir em outra rede política, o PDT, que propunha formas de ação, as quais privilegiavam a construção da democracia.

Essas memórias sobre Julião também adquiriram outro significado no final da década de 1970 e início dos anos 1980, pois eram rememoradas

para indicar a parcela de culpa do ex-deputado estadual na derrota de 1964, sobretudo porque a radicalização das práticas das Ligas Camponezas foi considerada uma estratégia equivocada que fortaleceu um discurso anticomunista e golpista dos grupos conservadores. Paulo Cavalcanti, um destacado dirigente do Partido Comunista em Pernambuco, em entrevista concedida no ano de 1982, afirmava: “Julião se arvorou em uma espécie de Guevara aqui do Nordeste, botou na cabeça que a revolução estava à vista. Esse foi o enfoque que levou a muitos equívocos.” (Entrevista concedida a Eliane Moury Fernandes. Fundação Joaquim Nabuco, 22/4/1982, p. 93).

A análise de Paulo Cavalcanti apresenta um caráter de crítica e de sátira, pois se refere à Julião como *uma espécie de Guevara do Nordeste*, ironizando assim a postura adotada pelo advogado das Ligas Camponezas e outras pessoas, que tentando realizar e reproduzir, aqui no Brasil, o modelo da revolução em Cuba, incorreram em vários equívocos, os quais teriam contribuído para a derrota das esquerdas em 1964. Deve-se lembrar que o depoimento de Paulo Cavalcanti rememora toda uma disputa, ocorrida na década de 1960, entre Julião e o Partido Comunista, principalmente com o próprio Paulo Cavalcanti, sobre os caminhos a serem percorridos para se promover uma revolução comunista. Como demonstramos anteriormente, enquanto o primeiro, em certa medida, desejava a radicalização das ações, o segundo pregava uma revolução composta por etapas. Depoimentos como esse são significativos para tentarmos entender como, na década de 1980, se construiu a relação entre Francisco Julião e setores da esquerda, bem como sua inserção na política do país no período de redemocratização. Nesse sentido, como afirma Michel Pollak (1989), o ato de lembrar ou de esquecer é um resultado político, logo as lembranças de Paulo Cavalcanti estão também relacionadas com o processo político desencadeado após a Lei de Anistia, nos momentos finais da ditadura militar no Brasil.

Por fim, parece-nos que a anistia – no sentido aplicado por Paul Ricoeur (2008, p. 460-1), ou seja, como um acordo que promova a reconciliação e um esquecimento em relação ao passado – não funcionou para Francisco Julião. O ex-líder camponês parece não ter sido anistiado pelos grupos de direita que ainda identificavam nele um promotor de mudanças radicais, as quais poderiam ocorrer por meio da violência. Além disso, setores das esquerdas ainda viam Julião como um dos culpados pelo

fracasso de 1964 e, por conseguinte, pelo golpe civil-militar promovido pela direita. Esse não-lugar do ex-líder camponês nos oferece as fissuras, os desvios e as incongruências existentes dentro do processo de anistia e fim da ditadura militar no Brasil. Nesse sentido, devemos começar a pensar que a anistia garantiu o retorno ao Brasil, mas não necessariamente o retorno à política dos exilados e que antes de tudo a anistia foi um batalha pela memória do período da ditadura militar no Brasil.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970 In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- 3 POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. 1989.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

Resumo: Este artigo analisa os usos da memória promovidos nos embates políticos do período final do regime militar no Brasil, sobretudo após a aprovação da Lei de Anistia em 1979. Procuramos investigar, como ocorreu a tentativa de reinserção política dos exilados, que começavam a retornar ao país. Focalizamos nossa discussão na trajetória de Francisco Julião, ex-deputado estadual (1955-1962) e federal (1963-64) por Pernambuco e que antes do golpe civil militar de 1964, tinha uma reconhecida atuação como líder da Ligas Camponesas. Assim, a nossa escrita objetiva percorrer os fios da memória, que versam sobre o percurso de Francisco Julião na sua tentativa de reinserção política e composição de novas redes sociais.

Palavras-chave: trajetória; política; memória.

Memory and Politics: the Trajectory of Francisco Julião

Abstract: This article analyzes the use and role of memory within the political disputes in Brazil during the end of the military dictatorship, in particular following the Amnesty Law of 1979. The focus rests on the exiled who attempted to reenter political life as they returned to Brazil. This work explores the case of Francisco Julião, a former state (1955-1962) and federal deputy (1963-64) from Pernambuco, who, prior to the coup in 1964 was a renowned leader of the peasant leagues. An emphasis on Francisco Julião thus permits a closer examination of the workings of memory within the efforts of the exiled to construct new social networks and reenter political life.

Keywords: trajectory; politics; memory.